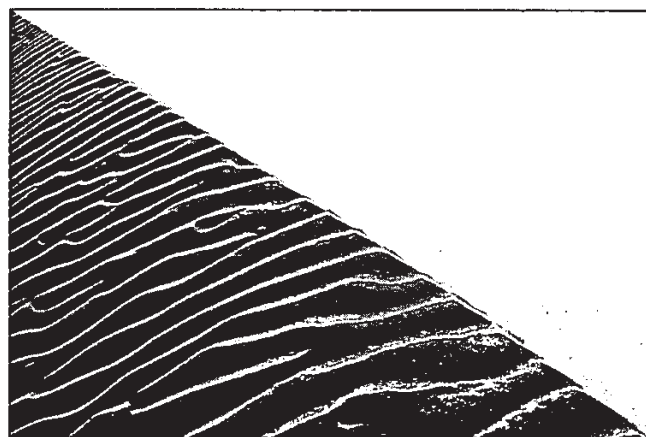


PONTES INTERCULTURAIS NUMA SOCIEDADE EM MUTAÇÃO*

Ana Maria da Conceição
Maduro da Costa e Silva



Introdução

Apresentação e fundamentação: pensando a multiculturalidade pela via da interculturalidade

As últimas décadas do século xx, e muito em especial nos últimos anos a mutação da nossa sociedade faz-se de forma rápida e complexa. No contexto dessa mudança destacamos fundamentalmente: — o desenvolvimento de novas tecnologias e os movimentos migratórios. A internacionalização das economias e das culturas apoiadas pelas transformações técnicas das formas de comunicação e os fenómenos migratórios geram, cada vez mais, um mundo de referências múltiplas.

A Europa muda, a Europa define-se. A Europa procura-se. A Europa oferece um quadro contrastado de sociedades que não poderão confundir-se com a língua que falam, com os territórios que as suas populações habitam, com as formas de organização política que estas escolhem para si, nem tão pouco com a religião ou os costumes que praticam. Assim enquanto nuns é o território que distingue mais que a língua ou a religião, como na Macedónia, terra dividida entre a Bulgária, a Jugoslávia, a Albânia, e a Grécia, noutros é a cidadania que os separa, como para os Shiptars, repartidos entre a Jugoslávia, a Grécia e a Roménia, falantes todos da mesma língua, partilhando a mesma religião. Para outros ainda é a religião que marca a diferença, como na Irlanda, onde católicos se opõem a protestantes, num mesmo território, o Ulster, onde com os mesmos direitos cívicos, não exercem os mesmos poderes políticos. Por fim é ainda novamente a língua que oferece o meio de identificação, e portanto de diferenciação maior, como na Estónia onde Russos imigrados e Estónios de origem lutam pelo poder político, num mesmo território, exercendo os mesmos direitos cívicos.

Os conflitos que deflagram neste dealbar do II milénio mostram à evidência a importância política, social, cultural, e económica da etnici-

* Comunicação feita na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no âmbito do Colóquio «Interculturalidades».

dade e a força tremenda da sua manifestação em situações extremas (ex. o modo trágico da Bósnia, na Herzegovina, na Eslovénia, o drama do Kosovo, do Ruanda, de Angola ou de Timor Loro Sae).

No caso português, as mudanças radicais operadas nas últimas décadas, ao nível ideológico com a viragem política de 1974 e a instauração da democracia, a realidade social altera-se com a vinda dos refugiados das ex-colónias aquando da descolonização (portugueses – metropolitanos e ultramarinos; e migrantes – por exemplo de origem árabe e indiana entre outras) o retorno de migrantes (dos 4 cantos do mundo, pressionados pelas dificuldades impostas pela crise do petróleo), e mais recentemente com a chegada massiva de migrantes clandestinos, provenientes na sua maioria dos países africanos de expressão portuguesa e de Timor, (fugidos das longas guerras), vieram pôr em causa a estabilidade do conceito de identidade nacional. Se durante o Estado Novo este conceito, definido como unidade cultural, era politicamente oportuno, após 1974 deixou de o ser. Lidamos agora, oficialmente, com uma identidade nacional multicultural. Esta realidade, especialmente visível nas grandes áreas urbanas metropolitanas, constitui a nova sociedade multicultural a que se destina o nosso ensino. É fundamental educar cidadãos que se identifiquem, e saibam viver, com as novas sociedades multiculturais.

Dai que, a pluriculturalidade das sociedades europeias seja um problema irreversível e constitua um enorme desafio lançado às instituições educativas e culturais, como forma de reequilíbrio no complexo processo de transição com que a Europa e o mundo se defrontam e para o qual se encontram de certa forma impreparados.

Por outro lado, e paradoxalmente vivemos inseridos em dinâmicas de modernidade, entendidas, para Giddens (1990) como: «modos de vida e de organização social que emergiram na Europa cerca do século XVII e que adquiriram, subsequentemente, uma influência mais ou menos universal» (p.), que constituem estimulante motivo de enriquecimento, através de novos dinamismos, de manifestações diversas e plurais, traduzindo a diversidade das formas de estar e de viver num contexto de igualdade e de cidadania.

No entanto, os desafios que se colocam às sociedades contemporâneas pós-modernas contêm em si limitações que importa evidenciar. Com efeito, durante algum tempo as ciências sociais polarizaram-se entre as tendências para a globalização e/ou o particularismo e para a tensão entre estes dois pólos da modernidade (Santos Silva, 1994). Enfatizaram-se as dimensões individuais de construção de identidades pessoais para além da referência ao Estado, e as estruturas abstractas de funcionamento societal e simultaneamente diluíram-se as dimensões colectivas de referência social que fazem com que populações, habitantes de determinada região, se identifiquem como grupo social e desencadeiem energias para a acção com base nessas referências.

A evidência actual dos particularismos identitários, atrás mencionados mostra a complexidade das relações de comunicação e de

poder que se relacionam com as interacções culturais. A consciência da multiculturalidade da sociedade actual parece trazer consigo manifestações de intolerância e um agravamento dos conflitos étnicos.

No entanto, e citando (parafraseando) Eduardo Lourenço (1999):

Numa civilização oficialmente norteada pelos «direitos do homem», a tolerância não tem sequer – ou não devia ter – o estatuto de uma qualquer virtude, mesmo por defeito. É uma obrigação. Mas o panorama ou o mapa desta tolerância, em princípio não contestável, é muito diverso. Nem em estados com a mesma língua ou coabitando há séculos em paredes meias, como a Irlanda, a Bélgica, e a ex-Jugoslávia – todas culturas de continente que inventou o conceito de «tolerância» –, a sua prática tem o perfil ideal que seria desejável (p. 92).

A referência étnica, pertença étnico-cultural e linguística, ou a referência a uma territorialidade regional (estar em casa, lutar contra a invasão do seu próprio território) regressam em força à consciência colectiva. Parece que a internacionalização da economia chama, como antídoto o desenvolvimento dos nacionalismos políticos. Deste fenómeno os imigrantes são, ao mesmo tempo uma consequência (os fluxos seguem as leis do mercado) e as vítimas (a sua vinda irrita os «chauvinismos» locais).

E se estas contradições são evidentes numa reflexão globalizante, elas tornam-se muito mais significativas quando olhamos para a Escola enquanto um território, em que os jovens excluídos, são «confrontados directamente, com frequência pela primeira vez, e possivelmente a última, com os que os excluem. Porque, «quaisquer que sejam o seu valor e a sua necessidade, os professores e a instituição escolar estão ligados aos que excluem e humilham» Viviane Forrester (1996) p. 88.

A educação intercultural alimenta-se da noção de que a vida, a realidade, o mundo são plurais, diversos, complexos e constroem-se segundo princípios desenvolvimentistas como sejam a democracia, a justiça e a liberdade. Tudo isto pressupõe uma escola que se define a partir do seu contexto imediato e em direcção a um horizonte mais amplo e melhor.

Neste sentido, importa agora reflectir como tem a escola, entendida, acolhida e resolvida, do ponto de vista quer institucional, quer organizacional, as questões mais evidentes da integração da multiculturalidade e da educação intercultural, nos seus currículos e nas suas vivências pedagógicas.

I Cultura

A percepção de crise na cultura ocidental é amplamente partilhada pela maioria dos pensadores. Por exemplo, Gil Calvo (1993) afirma que a cultura europeia parece agonizar, se considerar que esta não é mais

que o reflexo de um declínio entre o modo de vida ocidental e a própria democracia. As transformações originadas pelo novo paradigma são formuladas principalmente como o surgimento de uma nova cultura centrada na esperança da positividade das ditas transformações.

Segundo Ferguson (1990), a emergência de uma cultura que esta autora denomina de nova era vai-se produzindo lentamente e em quatro fases: autodescoberta, autodesenvolvimento, integração na história e a encarnação de novos valores e de acções humanas, entendidas como trabalho que conduz a uma existência sentida com algum significado. Neste processo dar-se-á a integração de uma cultura planetária com as culturas regionais, com grande ênfase na comunicação, na educação permanente e na criatividade. Existe uma espiritualidade de âmbito planetário, um desenvolvimento do espírito de androgenia e uma integração entre a ciência e o misticismo e entre a tecnologia e a ecologia.

Assim, a nova cultura possui significados ecológicos e holísticos, tendendo para um interculturalismo, para uma fusão de culturas, consideradas até agora como opostas, na sociedade ocidental. Neste sentido, Pánikkar (1994) afirma que o paradigma global dá ênfase ao aspecto holístico do universo, na harmonia com a natureza e na comunicação entre uns e outros. Pensa-se que esta orientação está presente em todas as culturas e regiões desde os tempos imemoriais. É neste novo contexto actual do mundo ocidental que se recuperou a visão holística de um universo natural.

Muitos pensadores consideram que se está a começar uma aventura pluralista. Por exemplo, segundo Pániker (1989) trata-se do desenvolvimento de um pluralismo transdisciplinar centrado na vivência permanente da criatividade. Por isso, a cultura ocidental é uma cultura de problematidade, uma cultura definida por uma tensão negativa entre o individual e o social, ou o singular e o plural humanos.

Deste modo, a crise aparece como sintoma de ambivalência, da urgência de um novo paradigma através do qual se faz a aproximação às origens, a inter-fecundação do Oriente e do Ocidente e o possível renascer de uma sensibilidade mística. Surge assim um paradigma que permite viver a ambivalência.

Por outro lado, Satz (1994) indica que a maior característica da nova consciência é o recorrente desejo de uma conciliação de opostos, porque tenta evitar a exclusão para implementar a inclusão.

Segundo Pániker (1989), a actualidade apercebe-se que nos encontramos numa época da crise da cultura androcêntrica e etnocêntrica ocidental, dos grandes arquétipos culturais fundados na imagem do homem adulto, branco, técnico e racional. A ambivalência reprimida reaparece: renascem os valores do feminino, do exótico, do artesanal, do rústico, do periférico, de tal forma que todo o valor caduco busca a sua complementaridade.

Em muitos outros autores persiste o pessimismo antropológico que é quase certo que falta à nossa cultura recursos para garantir um acordo racional sobre o que deveria ser importante e relevante para que os

membros de um grupo educado contemporâneo partilha com crença em debates abertos.

A globalização da cultura que leva à globalização da informação, permite que a solidariedade trespassse as barreiras da geografia, perspectivando a interligação entre os grupos. No entanto, esta globalização da cultura, especialmente a que se transmite pela televisão, tem uma outra carga negativa: a tendência para a uniformização e para a colonização cultural, radicando nos costumes, nas culturas e na manipulação intelectual.

II

A mult/interculturalidade

Encontramo-nos perante o processo de avanço de um novo tipo de sociedade que tem vindo a denominar-se sociedade pós-industrial. Até aqui tem-se dado um esforço mais ou menos afortunado para alcançar um ideal de Igualdade de Oportunidades que não foi muito bem sucedido. No entanto, neste novo tipo de sociedade estão a surgir novas desigualdades, entre as quais se destacam as que são de tipo educativo. Por exemplo, Flecha (1994) considera que o tratamento da igualdade como marco educativo depende do tipo de resposta que se consegue dar à crescente interacção entre culturas diferentes, própria das sociedades modernas.

A partir deste marco, o tratamento da desigualdade, por razões de cultura, é abordado de diferente modo por cada corrente sociológica. A perspectiva modernista, representada actualmente pelas correntes neo-conservadoras, considera a cultura dominante e etnocêntrica e potencialmente xenófoba, como algo que foi criado por determinados sectores sociais, instituições e disciplinas, desejando que o resto da população tenha um papel passivo de assimilá-la.

Por outro lado, a perspectiva pós-modernista desautoriza as verdades absolutas, vendo com desgosto as apostas de renovação pedagógica e os movimentos sociais e considera impossível todo o diálogo entre diferentes culturas, pois toda a relação entre elas daria lugar à aniquilação da mais vulnerável, processo no qual a sociedade é a arma crucial para essa operação de destruição cultural.

Frente a estas tendências aparece uma terceira concepção: a perspectiva comunicativa que busca uma igualdade educativa não uniformizadora que inclua o igual direito de cada pessoa e grupo desenvolver as suas próprias diferenças. A simultaneidade do **interculturalismo** e do **pluriculturalismo** oferece mais oportunidade de opções.

Relacionado com o fenómeno do tratamento das desigualdades educativas está o conceito de diversidade, como reconhecimento da diferença, da livre eleição de itinerários de formação para os diferentes colectivos ou pessoas. Para Flecha (1994), esta optatividade de algumas reformas sociais podem argumentar-se com teses relativistas (respeito

Pontes interculturais...

pela diversidade de contextos, pessoas e culturas) e levarem à reflexão de que a sociedade é parte dessas reformas específicas. Essa mesma sociedade não só é diversificada como também é desigual e situa-se debaixo do manto da diversidade, ela elabora assim uma adaptação à desigualdade, em lugar de superar essa mesma desigualdade. Frente à ideia de diversidade, a perspectiva comunicativa planeia o conceito de igualdade, que é mais global do que aquela, deve incluir o igual direito de todas as pessoas terem hipótese de vivenciarem as suas próprias diferenças.

III

Multiculturalidade: Um imperativo social

«Mas não nasci eu para assim acreditar, antes para descrever e duvidar, que essa é a minha desventura.» (Monteiro Cardoso, *Boas Fadas que te Fadem*)

A sociedade entrou em processo de reforma permanente. Querendo adaptar-se às mudanças vertiginosas do mundo, os agentes sociais alhearam-se dos fenómenos de pobreza, exclusão e desigualdade que afectam zonas desfavorecidas do mundo e importantes estratos populacionais das tão privilegiadas sociedades ocidentais. Os resultados finais de algumas dessas tentativas de mudança são globalmente insatisfatórios.

Portugal é multicultural!!!

A sociedade portuguesa tem estado a sofrer fortes transformações nos últimos anos, nomeadamente ao nível da sua demografia própria. A abertura do país, implementada em 1974 com a democracia e desenvolvida com a adesão à Comunidade Europeia, trouxe para o nosso país populações migrantes dos quatro cantos do mundo, com particular incidência da Europa, de África e do Leste. Somente na década de 1986-96, o número de estrangeiros em Portugal aumentou significativamente (97%). Essa diversidade étnico-cultural é facilmente constatável nas ruas, nos transportes, etc..

Ao nível da educação, a presença de grupos étnico-culturais é mais sentida no 1º ciclo (onde duplicou no período de cinco anos), diminuindo, de forma ligeira, na articulação de cada um dos níveis de escolaridade que se seguem.

Medidas multiculturais positivas

Perante estas novas realidades, na década de 90, os órgãos do poder lançaram várias medidas institucionais, que promoveram a interculturalidade e o apoio às minorias étnico-linguísticas. Seguidamente enumeram-se, sumariamente, as principais:

— Desenvolvidas pelo poder central:

Criação do *Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural*, em Março de 1991. Foi implementada uma «base de dados» Entreculturas, com *surveys* anuais acerca da população multicultural que frequenta as escolas da rede pública.

Fundação da *Associação de Professores para a Educação Intercultural*, em Setembro de 1993, com duas vertentes: primeiro, apoio e cooperação com as escolas ligadas à problemática e segundo, implementação de acções de formação contínua para professores e outros agentes educativos, desenvolvidas pelo próprio Centro de Formação de Professores da APEDI.

Implementação do *Projecto de Educação Intercultural* (PREDI), no ano lectivo de 1993-94 (inicialmente com 30 escolas, alargando-se, posteriormente, a 52 escolas públicas dos três ciclos do ensino básico e prolongado por mais dois anos, na sua 2ª fase). Este projecto terminou com um seminário em 4/7/97, em que esteve presente James Banks. Os relatórios finais de execução (Martins et al., 1998) e de avaliação externa (Alaiz et al., 1998) foram publicados posteriormente.

Lançamento da formação de *mediadores culturais* para apoiar a escolarização de crianças da comunidade cigana — *Projecto Ir à Escola* — da responsabilidade do Departamento de Educação Básica do ME (1994-97). Anteriormente, tinha já sido desenvolvida a formação pioneira pelo Programa de Promoção Social de Ciganos, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre 1993-95. Esta formação teve a sua continuação através da Pastoral dos Ciganos.

Criação da figura do *Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas*, dependente da Presidência do Conselho de Ministros, em finais de 1995.

Consagração, da parte da Assembleia da República, da *diversidade linguística*, ao reconhecer duas línguas minoritárias, uma ao nível nacional e outra ao nível regional, tendo terminado assim o tabu do monolingüismo:

- (1) *Língua Gestual Portuguesa* consagrada na Constituição da República, após a revisão de 1997 (alínea *b*) do artº 74º: incumbe ao Estado «Proteger e valorizar a Língua Gestual Portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades»). No domínio legislativo, tal só tem paralelo na Finlândia e no Uganda. Posteriormente, um despacho veio definir as condições para a criação e funcionamento de «unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos» em cerca de 40 estabelecimentos públicos do ensino regular do básico e secundário.

(2) *Mirandês*, reconhecida em Setembro de 1998, tem agora o direito a receber apoio científico e educativo, com vista à formação de professores de língua e cultura mirandesas. Institucionalizou-se a *diversidade religiosa*, terminando deste modo o monopólio da religião católica nas escolas: a frequência da disciplina facultativa de *Educação Moral e Religiosa*, do 1º ao 12º anos das escolas públicas, pode ser ministrada, a partir deste ano, por qualquer confissão religiosa com implantação no país.

Lançamento do projecto *Pelas Minorias*, integrado no programa Cidades Digitais, apoiado num protocolo conjunto, assinado em Outubro de 1998, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnica, que permite o acesso dos jovens de comunidades imigrantes às novas tecnologias da informação, articulando também a comunicação entre as associações lusófonas, através de um espaço específico na Internet.

– Implementadas pelas autarquias:

Lançamento dos *Conselhos Municipais das Comunidades Étnicas e Imigrantes*, como órgão de consulta, nas câmaras de Lisboa, Amadora e Cascais.

– Desenvolvidas pelo ensino superior:

Criação de três cursos de mestrado nas área da multiculturalidade: Universidade Aberta – *Relações Interculturais* (1991); Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Ciências Humanas – *Ciências da Educação, variante em Educação Intercultural* (1995); Universidade do Porto/ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – *Ciências da Educação, área de Educação e Diversidade Cultural* (1996).

– Implementadas pelas escolas do ensino básico e secundário:

Lançamento de Projectos/Clubes levados a cabo na área da educação multicultural (muitos deles divulgados, em Lisboa, na «Mostra de Projectos Entreculturas», em Março de 1992, e no seminário «Um Olhar sobre o Outro», em Novembro de 1997).

Geminação entre várias escolas portuguesas e africanas. Intercâmbio de estudantes e professores de diferentes países (europeus e africanos).

Um conjunto de actividades que sobrevivem graças a algum voluntariado, empenhamento e desejo de alterar certos sectores, mas longe de serem consistentes com o que se poderia chamar de política multicultural estruturante.

IV A ética

É evidente que a mudança de paradigma produz-se através de uma alteração de valores que fornecem algum sentido à actividade humana. Existe assim uma nova visão do mundo e um novo modo de pensamento que caminha paralelamente ao lado da mudança dos valores. Há um certo paralelismo entre o pensamento e os valores, já que no terreno do pensamento se observa uma mudança do racional em intuitivo, da análise em síntese, do reduccionismo em holístico, no pensamento linear em pensamento sistémico. No terreno dos valores existe uma alteração que vai da conservação à expansão, da quantidade à qualidade, da competição à cooperação, da dominação ao controle da não-violência.

Ao assumir alguns dos novos valores, estes chocam com o relativismo axiológico dominante nas sociedades pós-modernas. Recordemos que, em consonância com as alterações culturais e axiológicas, que se têm sucedendo no mundo ocidental pós-modernista, cuja manifestação filosófica está representada pela perda de confiança na razão, o campos dos valores traduzem-se num relativismo ou subjectivismo axiológico que supõe um pluralismo, um politeísmo de valores, onde nada é absoluto, tudo vale ou pode valer segundo determinadas circunstâncias.

Nesta linha começa-se a defender a necessidade de uma *ética cívica*, ou *ética laica*, baseada nas virtudes públicas. Esta *ética laica* possui o seu fundamento na Declaração Universal dos Direitos Humanos, herança de uma primeira fase do século xx. Nesta perspectiva, aparece a Terceira Geração da Declaração Universal dos Direitos Humanos a a revalorização das teses universalistas ou objectivistas da moralidade. Esta declaração sofreu uma evolução no tempo, registando conquistas cada vez mais ambiciosas.

A *primeira geração* centra-se nos direitos civis e políticos, servindo de base ao liberalismo, valorizando assim o direito à *liberdade*.

A *segunda geração* reclama os direitos económicos, sociais e culturais para dar um apoio real às liberdades, servindo de base ao estado do bem-estar, de tal forma que o valor-guia desta geração é a *igualdade*.

Finalmente a *terceira geração* corresponde aos direitos da Humanidade nas novas coordenadas planetárias, dentro da mudança de paradigma que se está produzindo. Defende o direito das pessoas a nascer e a viver num ambiente positivo, não contaminado, numa sociedade de paz. A sua valorização centra-se na *solidariedade*, herdeira da fraternidade, vinda da primeira geração, desejando levar o homem à *solidariedade mundial*.

Pode-se, assim, observar que estas gerações vão sendo cada vez mais inclusivas, servindo cada vez mais de referência a aspectos mias globais. Importa assim defender o subjectivismo moral, na linha do

politeísmo axiológico, que não é mais do que um são pluralismo que é algo totalmente diferente porque leva ao respeito mútuo e à boa convivência entre os seres humanos.

Conclusão

Em busca do futuro no século xx

As primeiras fotografias do nosso planeta vistas do espaço marcaram, sem dúvida, o nascimento de uma nova consciência: a de que todos os seres humanos vivem no mesmo planeta e que este planeta nos parece pequeno demais. De tal forma isto é sentido, que em cada dia que passa temos mais a noção de que habitamos numa «**Aldela Global**». O mundo vai-se globalizando cada vez mais e, principalmente nos países ocidentais, assistimos a um processo de reconversão, de mudança de paradigma onde se passa do formalismo dogmático para a diversidade cultural. Os sintomas destas mudanças operam-se em níveis culturais e sociológicos mostrando assim uma crise no núcleo fundamental da Humanidade. O novo cidadão deve estar preparado para entrar na globalidade, num ritmo acelerado de mudança e de problemática social e natural, sem precedentes na história.

Necessitamos, pois, de uma outra forma de viver em sociedade que se ajuste à mudança de paradigma que se está a produzir a nível sociológico e à escala mundial. Uma sociedade com outra forma de contemplar a cultura, mais aberta e permeável à realidade multicultural dos países modernos, com uma organização mais aberta, com relações mais flexíveis e democráticas. Uma sociedade em que se vivam os valores próprios de uma ética cívica que admita a variedade axiológica própria das sociedades pluralistas, através do planeamento dos conflitos e do exercício da razão dialógica, do espírito crítico e do fomento da autoregulação dos indivíduos. Uma sociedade que se compromete com os problemas reais e resolve os problemas globais que existem na Humanidade.

Bibliografia referenciada

- ALAIZ, Vitor et al. (1998) *Projecto de Educação Intercultural: Relatório de Avaliação Externa*. Lisboa: ME-Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/ Coleção Educação Intercultural, nº 9.
- AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues de (1998) «Portugal e o "outro" Africano: a Imigração e o Racismo» in *Portugal na Transição do Milénio*. Fim de Século/ Margens, pp. 409-417.
- BANKS, James A. (1988) «Approaches to Multicultural Curriculum Reform». *Multicultural Leader*, vol. 1, nº 2, Spring, pp. 1-4. BANKS, James A. (1991) «Multicultural Literacy and Curriculum Reform». *Educational Horizons*, Spring, pp. 135-140.
- FREIRE, Paulo (1974a). *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

- FREIRE, Paulo (1974b). *Uma Educação para a Liberdade*, Porto: Textos Marginais.
- HUBERMAN, A.M. (1983). *Comment S'Opèrent les Changements en Éducation: Contribution à L' Etude de L' Innovation*, Lausanne: [UNESCO <.../UNESCO.html>](http://unesco.org).
- MARTINS, Isabel F. et al (1998) *Projecto de Educação Intercultural 1993/94-1996/97: Relatório de Execução*. Lisboa: E-Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, nº 8.
- NÓVOA, António (Org.). (1992). *Vidas de Professores*, Porto: Porto Editora.
- NÓVOA, António, et al. (1991). *Ciências da Educação e Mudança*, Porto: S.P.C.E., Afrontamento.
- PERRENOUD, Phillippe (1993). *Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação*, Lisboa: D. Quixote.
- REGO, Miguel Anxo Santos (1998) «A Educación Intercultural como desafio político e pedagógico na esfera pública». *Pensar Educação*, nº 1, Julho, pp. 33-41.
- SOUTA, Luís (1997) *Multiculturalidade & Educação*. Porto: Profedições.
- SOUTA, Luís (1998) «Escola de Excluídos: Reflexões Críticas sobre Multiculturalidades», *Pensar Educação*, nº 1, Julho, pp. 25-32.
- STOER, Stephen R. (1994). «Construindo a escola democrática através do campo da recontextualização pedagógica» *Revista de Educação, Sociedade e Culturas*, 1.
- VIEIRA, Ricardo (1992). *Entre a Escola e o Lar*, Lisboa: Escher.
- ZEICHNER (1993). *A Formação Reflexiva de Professores: Ideias e Práticas*, Lisboa: Educa.